

3º SIMULADO ESPECÍFICO DATADO DE 21/05/2021

TEMA: DIREITO PROCESSUAL PENAL – LEI 9.099/95 – JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS (ART. 60 a 83; 88 e 89)

GABARITO

1D	2B	3C	4B	5C	6D	7B	8E	9B	10A
11A	12A	13E	14A	15E	16D	17E	18D	19D	20C
21A	22A	23A	24B	25B	26E	27D	28A	29C	30A

GABARITO COMENTADO

1 – (Siga Escrevente. 2021. Inéditas) Quanto às disposições gerais aplicáveis aos Juizados Especiais Criminais, é correto afirmar que:

- a) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- b) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) ano, cumulada ou não com multa.
- c) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, mas não para o julgamento dos processos que apuram infrações penais de menor potencial ofensivo.
- d) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.
- e) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, excluídas as regras de conexão e continência.

Comentário

a) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, ~~formalidade~~, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

INCORRETA. Pois um dos critérios que orientam o Juizado Especial é a INFORMALIDADE:

Art. 62. O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, **informalidade**, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade. **(Redação dada pela Lei nº 13.603, de 2018)**

b) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a ~~1 (um) ano~~, cumulada ou não com multa.

INCORRETA. Pois é não superior a 2 anos:

Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima **não superior a 2 (dois) anos**, cumulada ou não com multa.

c) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, mas não para o julgamento dos processos que apuram infrações penais de menor potencial ofensivo.

INCORRETA. Pois o Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, julgamento e execução:

Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, **tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução** das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

d) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

CORRETA. É exatamente o que consta no parágrafo único do art. 60:

Art. 60 (...)

Parágrafo único. Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

e) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, ~~excluídas~~ as regras de conexão e continência.

INCORRETA. As regras de conexão e continência têm que ser respeitadas e não excluídas como constou:

Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, **respeitadas as regras de conexão e continência.**

GABARITO D

2 - (Siga Escrevente. 2021. Inéditas) De acordo com o art. 61 da Lei 9.099/95, que trata dos Juizados Especiais Criminais, consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a:

- a) 1 ano, desde que cumulada com multa.
- b) 2 anos, cumulada ou não com multa.
- c) 3 anos, cumulada com multa.
- d) 1 ano, cumulada ou não com multa.
- e) 2 anos, desde que cumulada com multa.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento literal do art. 61:

Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior **a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.**

GABARITO B

3 – (Siga Escrevente. 2021. Inéditas) Quanto à competência e aos atos processuais previstos na Lei 9.099/95, analise as seguintes assertivas:

I) Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, o processo seguirá sem sua presença.

II) Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

III) Não encontrado o acusado para ser citado, deve-se proceder a sua citação por edital.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário

I) Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, ~~o processo seguirá sem sua presença.~~

INCORRETA. Pois na falta, será designado um defensor público, de acordo com o art. 68:

Art. 68. Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, **ser-lhe-á designado defensor público.**

II) Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

CORRETA. Está de acordo com o parágrafo único do art. 67:

Art. 67 (...)

Parágrafo único. Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

III) Não encontrado o acusado para ser citado, deve-se proceder a sua citação por edital.

INCORRETA. Não há citação por edital na lei 9.099/95!!! Caso o acusado não seja encontrado, o juiz deve encaminhar as peças existentes ao Juízo Comum para a adoção do procedimento previsto em lei:

Art. 66 (...)

Parágrafo único. Não encontrado o acusado para ser citado, **o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.**

Portanto, apenas o item II está correto.

GABARITO C

4 – (Siga Escrevente. 2021. Inéditas) Quanto à competência e aos atos processuais previstos na Lei 9.099/95, analise as seguintes assertivas:

I) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

II) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

III) A intimação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, cuja identificação é facultativa, ou, sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória, ou ainda por qualquer meio idôneo de comunicação.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário

I) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

CORRETA.

Art. 63. A competência do Juizado será determinada **pelo lugar** em que foi praticada a infração penal.

II) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

CORRETA.

Art. 64. Os atos processuais **serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana**, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

III) A intimação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, ~~cuj~~ identificação é facultativa, ou, sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória, ou ainda por qualquer meio idôneo de comunicação.

INCORRETA. A identificação é obrigatória:

Art. 67. A intimação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, **que será obrigatoriamente identificado**, ou, sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória, ou ainda por qualquer meio idôneo de comunicação.

Portanto, apenas os itens I e II estão corretos.

GABARITO B

5 - (Siga Escrevente. 2021. Inéditas) Quanto à competência e aos atos processuais previstos na Lei 9.099/95, analise as seguintes assertivas:

I) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

II) Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento não poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

III) Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário

I) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

CORRETA. É o que dispõe o art. 66:

Art. 66. A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

II) Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento ~~não~~ poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

INCORRETA. Pois poderão sim ser gravados em fita magnética ou equivalente, conforme dispõe o § 3º do art. 65:

Art. 65 (...)

§ 3º Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais. Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento **poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.**

III) Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais.

CORRETA.

Art. 65 (...)

§ 3º **Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais.** Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

Portanto, apenas os itens I e III estão corretos.

GABARITO C

6 – (Siga Escrevente. 2021. Inéditas) Acerca da competência e dos atos processuais dos juizados especiais criminais, é correto afirmar que:

- a) A intimação das partes será pessoal e no próprio juízo.
- b) A prática de atos processuais será realizada, exclusivamente, no juizado especial competente.
- c) A competência do juizado será determinada pela residência do réu.
- d) Os atos processuais realizados em audiência de instrução e o julgamento podem ser gravados em fita magnética.
- e) Os atos processuais serão públicos e devem ser realizados em horário diurno, em qualquer dia da semana.

Comentário

~~a) A intimação das partes será pessoal e no próprio juízo.~~

INCORRETA. Pois o art. 67 estabelece que a citação, em regra, se fará por correspondência, com aviso de recebimento pessoal:

Art. 67. A intimação far-se-á por **correspondência, com aviso de recebimento pessoal** ou, **tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado**, ou, **sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória**, ou ainda por qualquer meio idôneo de comunicação.

~~b) A prática de atos processuais será realizada, exclusivamente, no juizado especial competente.~~

INCORRETA.

Art. 66. A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, **sempre que possível**, ou por mandado.

Além disso, o § 2º do art. 65 dispõe que a prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação:

Art. 65 (...)

§ 2º A prática de atos processuais **em outras comarcas** poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.

~~c) A competência do juizado será determinada pela residência do réu.~~

INCORRETA. A competência é definida pelo lugar em que praticada a infração:

Art. 63. A competência do Juizado será determinada **pelo lugar em que foi praticada a infração penal.**

~~d) Os atos processuais realizados em audiência de instrução e o julgamento podem ser gravados em fita magnética.~~

CORRETA. Está de acordo com o § 3º do art. 65:

Art. 65 (...)

§ 3º Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais. Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

e) Os atos processuais serão públicos e ~~devem ser realizados em horário diurno~~, em qualquer dia da semana.

INCORRETA.

Art. 64. Os atos processuais serão públicos **e poderão realizar-se em horário noturno** e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

GABARITO D

7 – (Siga Escrevente. 2021. Inéditas) Quanto aos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

- a) Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- b) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.
- c) Do ato de intimação do autor do fato ou do mandado de citação do acusado, constará a recomendação de seu comparecimento acompanhado de advogado, cuja presença é facultativa.
- d) Os atos processuais serão públicos e serão realizados somente em horário diurno e em dias úteis.
- e) O não oferecimento da representação na audiência preliminar implica decadência do direito.

Comentário

a) Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado ~~não~~ acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

INCORRETA. Pois de acordo com o parágrafo único do art. 74, acarreta sim a renúncia:

Art. 74 (...)

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado **acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.**

b) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

CORRETA.

Art. 66. A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

c) Do ato de intimação do autor do fato ou do mandado de citação do acusado, constará a recomendação de seu comparecimento acompanhado de advogado, cuja presença é facultativa.

INCORRETA. A presença de advogado é obrigatória. Na falta de um advogado, será nomeado um defensor público:

Art. 68. Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, **com a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á designado defensor público.**

d) Os atos processuais serão públicos e serão realizados ~~somente em horário diurno e em dias úteis.~~

INCORRETA. Pois poderão ser realizados em horário noturno e em qualquer dia da semana:

Art. 64. Os atos processuais serão públicos e **poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana**, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

e) O não oferecimento da representação na audiência preliminar implica decadência do direito.

INCORRETA. Pois não implica em decadência, de acordo com o parágrafo único do art. 75:

Art. 75 (...)

Parágrafo único. O não oferecimento da representação na audiência **preliminar não implica decadência do direito**, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

GABARITO B

8– (Siga Escrevente. 2021. Inéditas) Quanto à competência e aos atos processuais, assinale a alternativa INCORRETA, à luz da Lei 9.099/95.

- a) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- b) Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- c) Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.
- d) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
- e) A competência do Juizado será determinada pelo lugar do domicílio do autor.

Comentário

a) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

CORRETA.

Art. 65 (...)

§ 1º Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

b) Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

CORRETA.

Art. 66 (...)

Parágrafo único. Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

OBS: NÃO HÁ CITAÇÃO POR EDITAL NA LEI 9.099/95.

c) Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

CORRETA.

Art. 67 (...)

Parágrafo único. Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

d) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

CORRETA.

Art. 64. Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

e) A competência do Juizado será determinada em razão da matéria.

INCORRETA. Pois o art. 63 dispõe que a competência será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

Art. 63. A competência do Juizado será determinada **pelo lugar em que foi praticada a infração penal.**

GABARITO E

9 – (Siga Escrevente. 2017. Outras) Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais foram realizados. Para tanto,

- A) não serão públicos, nem poderão realizar-se em horário noturno.
- B) não será pronunciada qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- C) não serão objeto de registro escrito os atos havidos por essenciais.
- D) não poderá ser solicitada por e-mail a prática de atos processuais em outras comarcas.
- E) não poderão ter seus atos gravados em fita magnética ou equivalente.

Comentário

A) ~~não~~ serão públicos, ~~nem~~ poderão realizar-se em horário noturno.

INCORRETA. Pois serão públicos e poderão ser realizados em horário noturno:

Art. 64. Os atos processuais **serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno** e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

B) não será pronunciada qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

CORRETA. Está de acordo com o § 1º do art. 65:

Art. 65 (...)

§ 1º Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

C) ~~não~~ serão objeto de registro escrito os atos havidos por essenciais.

INCORRETA. Pois serão sim, nos termos do § 3º do art. 65:

Art. 65 (...)

§ 3º **Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais.** Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

D) ~~não~~ poderá ser solicitada por e-mail a prática de atos processuais em outras comarcas.

INCORRETA. A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio de comunicação, ou seja, por e-mail também pode:

Art. 65 (...)

§ 2º A prática de atos processuais em outras comarcas **poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.**

E) não poderão ter seus atos gravados em fita magnética ou equivalente.

INCORRETA Pode sim, conforme § 3º do art. 65:

Art. 65 (...)

§ 3º Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais. **Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.**

GABARITO B

10 – (Siga Escrevente. 2015. Outras) Quanto à competência e aos atos processuais no âmbito dos juzados especiais criminais, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que se deu o resultado da infração penal.
- B) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
- C) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
- D) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.
- E) Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

Comentário

A) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que se deu ~~o resultado~~ da infração penal.

INCORRETA. Pois não é no lugar em que se deu o resultado, mas sim onde praticada a infração penal.

Art. 63. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que **foi praticada** a infração penal.

B) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

CORRETA.

Art. 64. Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

C) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

CORRETA.

Art. 65 (...)

§ 1º Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

D) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

CORRETA.

Art. 66. A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

E) Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

CORRETA.

Art. 67 (...)

Parágrafo único. Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

GABARITO A

11– (Siga Escrevente. 2014. Outras) A Lei nº 9.099/95 traz um procedimento simplificado a ser aplicado no âmbito dos Juizados Especiais Criminais. Diante disso, algumas peculiaridades são previstas neste diploma legal. Sobre o procedimento sumaríssimo do JECRIM, é correto afirmar que:

- A) a competência será determinada pelo local em que a infração for praticada e não pelo lugar da consumação;
- B) da decisão de rejeição da denúncia caberá recurso em sentido estrito;
- C) da decisão que homologa a composição de danos entre autor do fato e vítima caberá recurso de apelação;
- D) a sentença poderá dispensar o relatório e o dispositivo, mas não a fundamentação;
- E) cabe citação por edital no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.

Comentário

A) a competência será determinada pelo local em que a infração for praticada e não pelo lugar da consumação;

CORRETA. É o que dispõe o art. 63:

Art. 63. A competência do Juizado será determinada **pelo lugar** em que foi praticada a infração penal.

B) da decisão de rejeição da denúncia caberá recurso em sentido estrito;

INCORRETA. Pois cabe apelação, nos termos do art. 82:

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença **caberá apelação**, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

C) da decisão que homologa a composição de danos entre autor do fato e vítima caberá recurso de apelação;

INCORRETA. Pois a homologação da composição dos danos civis se dá por sentença IRRECORRÍVEL:

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença **irrecorrível**, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

D) a sentença poderá dispensar o relatório e o dispositivo, mas não a fundamentação;

INCORRETA. A sentença só poderá dispensar o relatório:

Art. 81 (...)

§3º A sentença, **dispensado o relatório**, mencionará os elementos de convicção do Juiz.

E) cabe citação por edital no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.

INCORRETA. Não cabe citação por edital, pois tal modalidade de citação é incompatível com o sistema mais célere e objetivo dos Juizados Especiais.

Art. 66. A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

Parágrafo único. Não encontrado o acusado para ser citado, **o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.**

GABARITO A

12 – (Siga Escrevente. 2014. Outras) Considerando a Lei nº 9.099/95, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, analise as assertivas que seguem.

I. A competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

II. A competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo domicílio do réu.

III. A competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo domicílio do autor.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.

B) Apenas II.

C) Apenas III.

D) Apenas I e II.

E) Apenas I e III.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 63 da Lei n. 9.099/95, de seguinte teor:

Art. 63. A competência do Juizado será determinada **pelo lugar** em que foi praticada a infração penal.

GABARITO A

13 - (Siga Escrevente. 2014. Outras) Ennecerus recebe proposta do Ministério Público que atua nos Juizados Especiais Criminais de aplicação imediata de pena restritiva de direitos. Consultado seu advogado, a proposta vem a ser aceita e a pena vem a ser aplicada pelo juiz. Nesse caso, de acordo com a Lei dos Juizados Especiais, o mesmo benefício não poderá ser deferido no prazo de:

A) um ano

B) dois anos

C) três anos

D) quatro anos

E) cinco anos

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do § 4º do art. 76 da Lei n. 9.099/95:

Art. 76, § 4º Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas **para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.**

GABARITO E

14 - (Siga Escrevente. 2019. Outras) De acordo com a Lei nº 9.099/1995, o Juizado Especial Criminal tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. A conciliação será conduzida por

- A) Juiz ou por conciliador sob sua orientação.
- B) Promotor Público ou conciliador sob sua orientação.
- C) Procurador do Estado ou conciliador sob sua orientação.
- D) Policial Militar ou conciliador sob sua orientação.
- E) Delegado de Polícia Civil ou conciliador sob sua orientação.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 73 da Lei 9.099/95:

Art. 73. A conciliação será conduzida **pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.**

Parágrafo único. Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.

GABARITO A

15 – (Siga Escrevente. 2019. Vunesp) Nos Juizados Especiais Criminais, a composição civil dos danos

- A) pode ser reduzida a escrito ou feita oralmente; é homologada por sentença contra a qual cabe recurso específico; é executada pelo próprio Juizado Especial Criminal; acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação nas ações privadas e nas públicas condicionadas à representação.
- B) pode ser reduzida a escrito ou feita oralmente; é homologada por sentença irrecorrível; tem eficácia de título a ser executado em juízo civil; acarreta a extinção da punibilidade de todas as acusações.

C) pode ser reduzida a escrito ou feita oralmente; é homologada por sentença irrecurável; é executada pelo próprio Juizado Especial Criminal; acarreta a extinção da punibilidade de todas as acusações.

D) deve ser reduzida a escrito; é homologada por sentença contra a qual cabe recurso específico; tem eficácia de título a ser executado em juízo civil; acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação nas ações privadas e nas públicas condicionadas à representação.

E) deve ser reduzida a escrito; é homologada por sentença irrecurável; tem eficácia de título a ser executado em juízo civil; acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação nas ações privadas e nas públicas condicionadas à representação.

Comentário

Questão exigiu conhecimento do art. 74 e seu parágrafo único:

Art. 74. A composição dos danos civis **será reduzida a escrito** e, homologada pelo Juiz mediante **sentença irrecurável**, terá **eficácia de título** a ser executado no **juízo civil competente**.

Parágrafo único. Tratando-se de **ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação**, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

Vamos às alternativas:

A) pode ser reduzida a escrito ~~ou feita oralmente~~; é homologada por sentença ~~contra a qual cabe recurso específico~~; é executada pelo próprio ~~Juizado Especial Criminal~~; acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação nas ações privadas e nas públicas condicionadas à representação.

INCORRETA.

B) pode ser reduzida a escrito ~~ou feita oralmente~~; é homologada por sentença irrecurável; tem eficácia de título a ser executado em juízo civil; acarreta a extinção da punibilidade de todas as acusações.

INCORRETA.

C) pode ser reduzida a escrito ~~ou feita oralmente~~; é homologada por sentença irrecurável; é executada pelo próprio ~~Juizado Especial Criminal~~; acarreta a extinção da punibilidade de todas as acusações.

INCORRETA.

D) deve ser reduzida a escrito; é homologada por sentença ~~contra a qual cabe recurso específico~~; tem eficácia de título a ser executado em juízo civil; acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação nas ações privadas e nas públicas condicionadas à representação.

INCORRETA.

E) deve ser reduzida a escrito; é homologada por sentença irrecorrível; tem eficácia de título a ser executado em juízo civil; acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação nas ações privadas e nas públicas condicionadas à representação.

CORRETA.

GABARITO E

16 – (Siga Escrevente. 2017. Outras) Diante da ocorrência de uma Infração de menor potencial ofensivo, a autoridade:

- A) que tiver conhecimento da ocorrência do fato lavrará o auto de prisão em flagrante se presentes as circunstâncias que autorizem a prisão nos termos do art. 302 do CPP.
- B) que tomar conhecimento da ocorrência do fato instaurará o inquérito policial por portaria.
- C) policial representara pela prisão preventiva.
- D) que tiver conhecimento do fato lavrará o termo circunstanciado e encaminhará o autor do fato imediatamente ao juizado especial criminal, quando possível.
- E) policial representará pela prisão temporária.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 69 da Lei 9.099/95:

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência **lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado**, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

GABARITO D

17 - (Siga Escrevente. 2017. Outras) No que concerne à legislação que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/ 1995), pode-se afirmar que:

A) a composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, não pode ser executado no juízo civil competente.

B) a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

C) ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, podendo-se exigir fiança a critério da autoridade policial.

D) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) ano, cumulada ou não com multa.

E) havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

Comentário

A) a composição dos danos civis será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, não pode ser executado no juízo civil competente.

INCORRETA. Pois deve ser executado no juízo civil competente, conforme dispõe o art. 74:

Art. 74. Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título **a ser executado no juízo civil competente.**

B) a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

INCORRETA. O encaminhamento é imediato (não há o que se falar em até 24 horas), conforme art. 69:

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará **imediatamente** ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

C) ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, podendo-se exigir fiança a critério da autoridade policial.

INCORRETA. Pois também não se pode exigir fiança, a teor do parágrafo único do art. 69:

Art. 69 (...)

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, **nem se exigirá fiança**. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

D) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 1 (um) ano, cumulada ou não com multa.

INCORRETA. É até 2 anos:

Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima **não superior a 2 (dois) anos**, cumulada ou não com multa.

E) havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

CORRETA. É exatamente o que dispõe o art. 76:

Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

GABARITO E

18 - (Siga Escrevente. 2017. Outras) Em relação à lei n. 9.099/1995, analise as assertivas abaixo:

I. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado, relativo à composição dos danos civis, acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

II. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal privada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

III. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

IV. Dependará de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.

V. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a dois anos, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

- A) Estão corretas as assertivas I, II, III e IV, apenas.
- B) Estão corretas as assertivas I, II, III, IV e V.
- C) Estão corretas as assertivas II, III, IV e V, apenas.
- D) Estão corretas as assertivas I, III e IV, apenas.
- E) Estão corretas as assertivas III, IV e V, apenas.

Comentário

I. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado, relativo à composição dos danos civis, acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

CORRETA. É o que consta exatamente no parágrafo único do art. 74 da Lei 9.099/95:

Art. 74 (...)

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

II. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal ~~privada~~, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

INCORRETA. Para o MP propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, tem que se tratar de ação penal pública incondicionada e não privada como constou):

Art. 76, Lei 9.099/1995 - Havendo representação ou **tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada**, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

III. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

CORRETA. É o que estabelece o art. 61:

Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

IV. Dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.

CORRETA. Previsão do art. 88:

Art. 88. Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, **dependerá** de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.

V. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior ~~a dois anos~~, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

INCORRETA. Tem que ser igual ou inferior a 1 ano:

Art. 89, Lei 9.099/1995 - Nos crimes em que a pena mínima cominada for **igual ou inferior a um ano**, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77, Código Penal).

Portanto, apenas os itens I, III e IV estão corretos.

GABARIOTO D

19 - (Siga Escrevente. 2017. Outras) Sobre a conciliação no âmbito dos Juizados Especiais Criminas, a lei determina:

- A) A conciliação será conduzida, necessariamente, por conciliador sob orientação do juiz.
- B) Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.
- C) Em se tratando de ação penal de iniciativa privada, o acordo homologado não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

D) Em caso de não haver composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo.

E) A conciliação será conduzida pelo juiz, necessariamente, figurando o conciliador como escrivão do ato.

Comentário

A) A conciliação será conduzida, necessariamente, por conciliador sob orientação do juiz.

INCORRETA. Pois a conciliação poderá ser conduzida pelo juiz ou por conciliador sob sua orientação:

Art. 73. A conciliação será conduzida **pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.**

B) Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.

INCORRETA. Pois os conciliadores serão recrutados PREFERENTEMENTE entre bacharéis de Direito, ou seja, poderá ter conciliadores que não sejam bacharéis em direito:

Art. 73 (...)

Parágrafo único. Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, **preferentemente** entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.

C) Em se tratando de ação penal de iniciativa privada, o acordo homologado não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

INCORRETA. Acarreta sim:

Art. 74 (...)

Parágrafo único. **Tratando-se de ação penal de iniciativa** privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado **acarreta** a renúncia ao direito de queixa ou representação.

D) Em caso de não haver composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo.

CORRETA. É exatamente o que consta no art. 75:

Art. 75. Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo.

E) A conciliação será conduzida pelo juiz, necessariamente, figurando o conciliador como escrivão do ato.

INCORRETA. Pois a conciliação também pode ser conduzida por conciliador sob a orientação do juiz:

Art. 73. A conciliação será conduzida pelo Juiz **ou por conciliador sob sua orientação**.

GABARITO D

20 – (Siga Escrevente. 2021. Inéditas) Quanto às disposições concernentes aos Juizados Especiais Criminais, analise as seguintes assertivas:

I) O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

II) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença sujeita ao recurso de apelação, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

III) Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário

I) O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

CORRETA. É o que dispõe o parágrafo único do art. 75:

Art. 75 (...)

Parágrafo único. O não oferecimento da representação na audiência preliminar **não implica** decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

II) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença sujeita ao recurso de apelação, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

INCORRETA. A sentença que homologa a composição dos danos civis é IRRECORRÍVEL:

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença **irrecorrível**, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

III) Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

CORRETA. Literalidade do art. 72:

Art. 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

Portanto, apenas os itens I e III estão corretos.

GABARITO C

21 – (Siga Escrevente. 2021. Outras) No procedimento criminal da Lei nº. 9.099/95, é correto afirmar:

- A) comparecendo o autor do fato e a vítima e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data próxima, da qual ambos sairão cientes desde logo.
- B) o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica decadência do direito.
- C) nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável no caso concreto em exame, o Juiz poderá reduzi-la em até um terço.
- D) contra a decisão de rejeição da denúncia ou queixa e contra a sentença, caberá recurso inominado.
- E) as partes serão intimadas pessoalmente da data da sessão de julgamento do recurso interposto contra sentença.

Comentário

A) comparecendo o autor do fato e a vítima e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data próxima, da qual ambos sairão cientes desde logo.

CORRETA. É o que dispõe o art. 70:

Art. 70. Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data próxima, da qual ambos sairão cientes.

B) o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica decadência do direito.

INCORRETA. Pois não implica em decadência, nos termos do parágrafo único do art. 75:

Art. 75 (...)

Parágrafo único. O não oferecimento da representação na audiência preliminar **não implica decadência do direito**, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

C) nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável no caso concreto em exame, o Juiz poderá reduzi-la em até um terço.

INCORRETA. Nesse caso, o juiz poderá reduzir a pena até a metade (e não até um terço como constou):

Art. 76 (...)

§ 1º Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la **até a metade**.

D) contra a decisão de rejeição da denúncia ou queixa e contra a sentença, caberá recurso inominado.

INCORRETA. Cabe apelação, conforme dispõe o art. 82:

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença **caberá apelação**, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

E) as partes serão intimadas pessoalmente da data da sessão de julgamento do recurso interposto contra sentença.

INCORRETA. Serão intimadas pela imprensa, consoante o § 4º do art. 82:

Art. 82 (...)

§ 4º As partes serão intimadas da data da sessão de julgamento **pela imprensa**.

GABARITO A

22 - (Siga Escrevente. 2021. Outras) O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. O Juizado Especial Criminal está regulado pela Lei nº 9.099/1995. No que se refere ao Procedimento nos Juizados Especiais Criminais, segundo a referida Lei, é correto afirmar que

A) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

B) a sentença, que deverá conter o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.

C) em nenhuma hipótese poderá ser oferecida queixa oralmente.

D) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa não caberá apelação.

E) em sede de Juizados Especiais Criminais não cabem Embargos de Declaração, em razão do princípio da celeridade processual que rege o procedimento.

Comentário

A) todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

CORRETA. É o que consta no § 1º do art. 81:

Art. 81 (...)

§ 1º. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

B) a sentença, ~~que deverá conter o relatório~~, mencionará os elementos de convicção do Juiz.

INCORRETA. Pois o relatório da sentença é dispensado, conforme § 3º do art. 81:

Art. 81 (...)

§ 3º A sentença, dispensado o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.

C) em nenhuma hipótese poderá ser oferecida queixa oralmente.

INCORRETA. Pois o § 3º do art. 77 permite que na ação penal de iniciativa do ofendido seja oferecida queixa oral:

Art. 77 (...)

§ 3º Na ação penal de iniciativa do ofendido **poderá ser oferecida queixa oral**, cabendo ao Juiz verificar se a complexidade e as circunstâncias do caso determinam a adoção das providências previstas no parágrafo único do art. 66 desta Lei.

D) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa ~~não~~ caberá apelação.

INCORRETA. Pois cabe sim apelação, consoante art. 82:

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

E) em sede de Juizados Especiais Criminais ~~não~~ cabem Embargos de Declaração, em razão do princípio da celeridade processual que rege o procedimento.

INCORRETA. Cabe sim Embargos de Declaração, recurso esse previsto no art. 83:

Art. 83. Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão.

GABARITO A

23 - (Siga Escrevente. 2021. Outras) Sobre o procedimento sumaríssimo, previsto para julgamento de crimes de menor potencial ofensivo, de competência dos Juizados Especiais Federais Criminais, na esteira das Leis nº 10.259/2001 e nº 9.099/1995,

A) interposto recurso de apelação pela parte se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

B) caberá agravo de instrumento no prazo de dez dias contra a decisão que rejeitar a denúncia.

C) os embargos de declaração opostos contra sentença condenatória proferida suspendem o prazo para interposição de recurso.

D) o recurso de apelação será interposto no prazo de quinze dias, contados da ciência pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição contando as razões e o pedido do recorrente.

E) nenhum ato será adiado, sendo vedada a condução coercitiva de testemunha arrolada.

Comentário

A) interposto recurso de apelação pela parte se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

CORRETA. É o que consta exatamente no § 5º do art. 82:

Art. 82 (...)

§ 5º Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

B) caberá ~~agravo de instrumento~~ no prazo de dez dias contra a decisão que rejeitar a denúncia.

INCORRETA. Cabe apelação, nos termos do art. 82:

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença **caberá apelação**, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

C) os embargos de declaração opostos contra sentença condenatória proferida ~~suspendem~~ o prazo para interposição de recurso.

INCORRETA. Os embargos de declaração INTERROMPEM o prazo (e não suspendem como constou):

Art. 83 (...)

§ 2º Os embargos de declaração **interrompem** o prazo para a interposição de recurso.

D) o recurso de apelação será interposto no prazo de ~~quinze dias~~, contados da ciência pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição contando as razões e o pedido do recorrente.

INCORRETA. O recurso de apelação será interposto no prazo de 10 DIAS:

Art. 82 (...)

§ 1º A apelação será interposta no prazo de **dez dias**, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

E) nenhum ato será adiado, ~~sendo vedada a condução coercitiva de testemunha arrolada.~~

INCORRETA. Pois quando imprescindível o juiz poderá determinar a condução coercitiva de quem deva comparecer:

Art. 80. Nenhum ato será adiado, **determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer.**

GABARITO A

24 – (Siga Escrevente. 2021. Inéditas) Conforme dispõe o art. 82 da Lei 9.099/95, da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá:

- a) agravo de instrumento, no prazo de 10 dias.
- b) apelação, no prazo de 10 dias.
- c) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias.
- d) reclamação à turma recursal, no prazo de 05 dias.
- e) recurso inominado, no prazo de 05 dias.

Comentário

Dispõe o art. 82 que o recurso cabível será o de apelação, sendo que o § 1º estabelece o prazo de 10 dias:

Art. 82. **Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação**, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

§ 1º A apelação será interposta **no prazo de dez dias**, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

GABARITO B

25 - (Siga Escrevente. 2021. Outras) Antônio, funcionário público, está sendo investigado pela suposta prática do crime de prevaricação ocorrido em abril de 2018 (Art. 319 do CP. Pena: 3 meses a 1 ano de detenção e multa). Recebido o procedimento em agosto de 2018, o Ministério Público verifica que na Folha de Antecedentes Criminais de Antônio consta uma anotação, por fatos datados de 2014, referente ao crime de ameaça, tendo o funcionário se beneficiado de transação penal naquela ocasião, sendo devidamente cumpridas as medidas restritivas de direitos aplicadas, e extinta a punibilidade.

Considerando as informações narradas, o advogado de Antônio deverá esclarecer que, sob o ponto de vista técnico,

A) não poderá ser oferecido o benefício da transação penal, pois, em razão do benefício, Antônio não mais é considerado tecnicamente primário;

B) não poderá ser oferecido o benefício da transação penal em razão do benefício anteriormente oferecido e aceito;

C) não poderá ser oferecido o benefício da transação penal, que não é admitido aos crimes próprios praticados por funcionário público;

D) poderá ser oferecido o benefício da transação penal, já que o agente é tecnicamente primário, e, descumpridas as condições, poderão as mesmas ser executadas, mas não é possível oferecimento de denúncia.

E) poderá ser oferecido o benefício da transação penal, já que o agente é tecnicamente primário, mas, descumpridas as condições, é possível oferecimento de denúncia.

Comentário

Considerando as informações no enunciado, observa-se que o benefício da transação penal não poderá ser oferecido a Antônio, eis que este já foi beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela transação penal, que é aplicação de pena restritiva de direitos ou multas:

Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

(...)

§ 2º Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I - ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II - **ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;**

III - não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

Portanto, a alternativa correta é a letra “b”.

A) não poderá ser oferecido o benefício da transação penal, pois, em razão do benefício, Antônio não mais é considerado tecnicamente primário;

INCORRETA. Pois a transação penal não importa nem mesmo em reincidência, sendo apenas anotada para evitar novo oferecimento do benefício no prazo de cinco anos:

Art. 76 (...)

§ 4º Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, **que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.**

C) não poderá ser oferecido o benefício da transação penal, que não é admitido aos crimes próprios praticados por funcionário público;

INCORRETA. Pois não há qualquer previsão legal vedando o benefício da transação penal nos crimes praticados por funcionário público.

D) poderá ser oferecido o benefício da transação penal, já que o agente é tecnicamente primário, e, descumpridas as condições, poderão as mesmas ser executadas, mas não é possível oferecimento de denúncia.

INCORRETA. Pois o benefício não poderá ser oferecido, conforme explicado no início.

E) poderá ser oferecido o benefício da transação penal, já que o agente é tecnicamente primário, mas, descumpridas as condições, é possível oferecimento de denúncia.

INCORRETA. Pois o benefício não poderá ser oferecido, conforme explicado no início.

GABARITO B

26- (Siga Escrevente. 2021. Inédita) Acerca dos Juizados Especiais Criminais, analise as seguintes assertivas:

I) Para o oferecimento da denúncia será dispensado o exame de corpo de delito quando houver boletim médico ou prova equivalente atestando a materialidade do crime.

II) Na ação penal de iniciativa do ofendido poderá ser oferecida queixa oral.

III) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentário

I) Para o oferecimento da denúncia será dispensado o exame de corpo de delito quando houver boletim médico ou prova equivalente atestando a materialidade do crime.

CORRETA. É o que dispõe o § 1º do art. 77:

Art. 77 (...)

§ 1º Para o oferecimento da denúncia, que será elaborada com base no termo de ocorrência referido no art. 69 desta Lei, com dispensa do inquérito policial, **prescindir-se-á do exame do corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.**

Prescindir = dispensar

II) Na ação penal de iniciativa do ofendido poderá ser oferecida queixa oral.

CORRETA.

Art. 77 (...)

§ 3º **Na ação penal de iniciativa do ofendido poderá ser oferecida queixa oral**, cabendo ao Juiz verificar se a complexidade e as circunstâncias do caso determinam a adoção das providências previstas no parágrafo único do art. 66 desta Lei.

III) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

CORRETA.

Art. 81 (...)

§ 1º Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, **podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.**

Portanto, todos os itens estão corretos.

GABARITO E

27 – (Siga Escrevente. 2021. Outras) Nos casos de crimes em que a pena mínima cominada é igual ou inferior a um ano, o Ministério Público poderá oferecer a suspensão condicional do processo no momento

- A) da audiência de instrução.
- B) da audiência preliminar.
- C) da lavratura do termo, antes da sentença.
- D) do oferecimento da denúncia.
- E) da audiência de conciliação.

Comentário

Nos termos do art. 89, o MP poderá propor a suspensão do processo AO OFERECER A DENÚNCIA:

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, **ao oferecer a denúncia**, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

GABARITO D

28 - (Siga Escrevente. 2021. Outras. Adaptada) À luz do que dispõe a legislação acerca da suspensão condicional do processo, conhecida também como sursis processual, é correto afirmar:

- A) A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.
- B) Corre a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.
- C) O Juiz não poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, além daquelas obrigatoriamente previstas na Lei nº 9.099/1995.
- D) É hipótese de revogação facultativa do benefício o fato de o réu ser, posteriormente, processado por outro crime.
- E) O instituto da suspensão condicional do processo é cabível tão somente aos delitos de menor potencial ofensivo.

Comentário

A) A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

CORRETA. É o que estabelece o § 4º do art. 89:

Art. 89 (...)

§ 4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

B) Corre a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

INCORRETA. Pois não corre:

Art. 89 (...)

§ 6º **Não correrá** a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

C) O Juiz não poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, além daquelas obrigatoriamente previstas na Lei nº 9.099/1995.

INCORRETA. Pois de acordo com o §2º do art. 89, o juiz poderá sim especificar outras condições:

Art. 89 (...)

§ 2º O Juiz **poderá** especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

D) É hipótese de revogação facultativa do benefício o fato de o réu ser, posteriormente, processado por outro crime.

INCORRETA. Pois a revogação não é facultativa, mas sim OBRIGATÓRIA:

Art. 89 (...)

§ 3º A suspensão **será revogada** se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

E) O instituto da suspensão condicional do processo é cabível ~~tão somente aos delitos de menor potencial ofensivo.~~

INCORRETA. Delitos de menor potencial ofensivo são aqueles que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, ao passo que a suspensão condicional do processo se aplica nos crimes em que a pena mínima for igual ou inferior a um ano:

Art. 89. **Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano**, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

GABARITO A

29 – (Siga Escrevente. 2021. Inéditas) Sobre a suspensão condicional do processo, prevista na Lei nº 9099/95, é correto afirmar:

- a) Expirado o prazo acordado sem revogação, o juiz absolverá o acusado.
- b) Caso o acusado não aceite a proposta, o processo será arquivado.
- c) Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob certas condições, dentre as quais a proibição de frequentar determinados lugares.
- d) É cabível nos crimes cuja pena mínima cominada for igual ou inferior a 2 anos.
- e) A suspensão não poderá ser revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

Comentário

a) Expirado o prazo acordado sem revogação, o juiz absolverá o acusado.

INCORRETA. Caso expire o prazo acordado sem revogação, o juiz declarará extinta punibilidade:

Art. 89 (...)

§ 5º Expirado o prazo sem revogação, **o Juiz declarará extinta a punibilidade.**

b) Caso o acusado não aceite a proposta, o processo será arquivado.

INCORRETA. Pois se o acusado não aceitar a proposta, o processo seguirá normalmente sem o benefício da suspensão condicional:

Art. 89 (...)

§ 7º Se o acusado não aceitar a proposta prevista neste artigo, **o processo prosseguirá em seus ulteriores termos.**

c) Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob certas condições, dentre as quais a proibição de frequentar determinados lugares.

CORRETA.

Art. 89 (...)

§ 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

- I - reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;
- II - **proibição de frequentar determinados lugares;**

III - proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV - comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

d) É cabível nos crimes cuja pena mínima cominada for igual ou inferior a 2 anos.

INCORRETA. O correto seria igual ou inferior a 1 ano:

Art. 89. Nos crimes em que a **pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano**, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.

Exemplo de cabimento: Crime de Falsidade ideológica de documento público ou de documento particular (art. 299 do Código Penal)

Repare que a pena prevista é de 1 a 5 anos.

Falsidade ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, **de um a cinco anos**, e multa, se o documento é público, e reclusão de **um a três anos**, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Assim, como a pena mínima é igual a 1 ano, é cabível a suspensão condicional do processo, nos termos do art. 89 da Lei 9.099/95.

e) A suspensão não poderá ser revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

INCORRETA. Pois o §3º do art. 89 diz que nesse caso será revogado sim:

Art. 89 (...)

§ 3º A suspensão **será revogada** se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

GABARITO C

30 – (Siga Escrevente. 2018. Vunesp) A Lei nº 9.099/95, relativa aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, prevê que,

A) no caso de lesão corporal dolosa leve ou culposa, a ação penal será pública e condicionada à representação.

B) no caso de lesão corporal dolosa leve ou culposa, a ação penal será privada.

C) apenas no caso de lesão corporal culposa, a ação penal será pública e condicionada à representação.

D) no caso de lesão corporal dolosa leve, grave, gravíssima ou culposa, a ação penal será pública e condicionada à representação.

E) no caso de lesão corporal dolosa leve, a ação penal será pública e incondicionada.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 88:

Art. 88. Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, **dependerá de representação a ação penal** relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.

Portanto, no caso de lesão corporal dolosa leve ou culposa, a ação penal será pública e condicionada à representação.

GABARITO A